

Artigo:

IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA ANCESTRAL PARA OS POVOS INDÍGENAS: O CASO DO NHEENGATU TAPEBA

The importance of ancestral languages for indigenous peoples: the case of Nheengatu Tapeba

La importancia de las lenguas ancestrales para los pueblos indígenas: el caso de Nheengatu Tapeba

Data de recebimento: 05/05/2026

Data de publicação: 30/07/2026

Aiala Vieira Amorim¹

Isadora D' Lourdes Araújo Cavalcante²

Emely Bianca dos Santos Barbosa³

Maria Luiza Michaelovitch de Mahiques⁴

Joana D'arc Ferreira da Costa⁵

RESUMO

A língua ancestral é de fundamental importância para o fortalecimento identitário e cultural dos povos indígenas, constituindo instrumento essencial de resistência, memória e autodeterminação. Nesse contexto, objetivou-se com o presente artigo compreender de que maneira o processo de retomada linguística, articulado por meio do projeto “Nheengatu: história, memória e identidade cultural-linguística do Povo Tapeba”, reafirma a continuidade histórica e territorial desse povo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e com enfoque exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de estudo de caso, observação participante, notas de campo e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a retomada do Nheengatu fortalece a transmissão intergeracional de saberes, amplia a autonomia pedagógica e simbólica da comunidade e dialoga com a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), reafirmando a urgência de políticas públicas voltadas à preservação linguística. Conclui-se que o resgate do Nheengatu constitui um processo de descolonização dos saberes, de valorização das práticas socioculturais Tapeba e de fortalecimento das formas próprias de compreender e viver no semiárido.

Palavras-chave: Línguas indígenas. Nheengatu. Identidade cultural.

ABSTRACT

The ancestral language is of fundamental importance for strengthening the identity and culture of indigenous peoples, constituting an essential instrument of resistance, memory, and self-determination. In this context, the objective of this article was to understand how the process of linguistic revival, articulated through the project "Nheengatu: history, memory and cultural-linguistic identity of the Tapeba People," reaffirms the historical and territorial continuity of this

¹ Docente do Departamento de Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: aiala.amorim@ufc.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0664-5180>

² Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: isadoracavalcante@alu.ufc.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0362-8316>

³ Graduanda no Curso de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: contatoemelybarbosa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3207-8580>

⁴ Graduanda no Curso de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: mariamahiques@alu.ufc.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1781-5056>

⁵ Mestranda do Programa de Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: jo19darc@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5362-7202>

people. Methodologically, this is a qualitative research study, of a basic nature and with an exploratory-descriptive approach, developed through a case study, participant observation, field notes, and content analysis. The results show that the revival of Nheengatu strengthens the intergenerational transmission of knowledge, expands the pedagogical and symbolic autonomy of the community, and aligns with the International Decade of Indigenous Languages (2022–2032), reaffirming the urgency of public policies aimed at linguistic preservation. It is concluded that the rescue of Nheengatu constitutes a process of decolonizing knowledge, valuing Tapeba sociocultural practices, and strengthening their own ways of understanding and living in the semi-arid region.

Keywords: Indigenous languages. Nheengatu. Cultural identity.

RESUMEN

La lengua ancestral es de fundamental importancia para fortalecer la identidad y la cultura de los pueblos indígenas, constituyendo un instrumento esencial de resistencia, memoria y autodeterminación. En este contexto, el objetivo de este artículo fue comprender cómo el proceso de revitalización lingüística, articulado a través del proyecto "Nheengatu: historia, memoria e identidad cultural-lingüística del pueblo Tapeba", reafirma la continuidad histórica y territorial de este pueblo. Metodológicamente, se trata de un estudio de investigación cualitativa, de carácter básico y con un enfoque exploratorio-descriptivo, desarrollado mediante un estudio de caso, observación participante, notas de campo y análisis de contenido. Los resultados muestran que la revitalización del nheengatu fortalece la transmisión intergeneracional del conocimiento, amplía la autonomía pedagógica y simbólica de la comunidad y se alinea con el Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas (2022-2032), reafirmando la urgencia de las políticas públicas orientadas a la preservación lingüística. Se concluye que el rescate de Nheengatu constituye un proceso de descolonización del conocimiento, de valoración de las prácticas socioculturales de Tapeba y de fortalecimiento de sus propias formas de comprender y vivir en la región semiárida.

Palabra-Chaves: Lenguas Indígenas. Nheengatu. Identidad Cultural.

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro é um ecossistema com complexidades socioambientais, adaptada às condições de baixa disponibilidade hídrica e formas de organização social profundamente ligadas ao manejo tradicional do território e a resistência sociocultural, muitas vezes, expressa por meio da luta pela preservação de suas tradições, suas línguas originárias e de seus territórios, historicamente expropriados. Sendo assim, é fundamental o conhecimento da população local para o desenvolvimento desse território.

Compreende-se que, não apenas a Caatinga possui relevância ecológica ímpar por ser o único bioma exclusivamente brasileiro, mas também a presença de povos e comunidades tradicionais que desenvolveram estratégias milenares de convivência com o semiárido. Entre esses grupos, destacam-se povos indígenas de matriz Kariri, Tarairiu, Tremembé, Potiguara, entre outros, que historicamente ocuparam áreas do sertão nordestino. É verossímil afirmar que tais povos mantêm vivas culturas, cosmologias e expressões linguísticas que, embora profundamente afetadas pela colonização e pelos processos de apagamento cultural, seguem resistindo.

Ademais, suas práticas que envolvem sistemas próprios de agricultura adaptada ao clima, manejo comunitário de sementes nativas, leitura dos ciclos climáticos, rituais de cura e organização sociopolítica baseada na coletividade, constituem repertórios de saberes que dialogam organicamente com as dinâmicas socioambientais do semiárido.

Dessa maneira, iniciativas como o projeto Nheengatu: história, memória e identidade cultural-linguística do Povo Tapeba evidenciam como os processos de revitalização linguística se articulam à reafirmação identitária e à reterritorialização simbólica dos povos indígenas no Ceará. No caso Tapeba, a reconstrução e o fortalecimento de vínculos linguísticos não significam apenas recuperar vocábulos, mas reativar narrativas, modos de nomear o mundo e formas próprias de interpretar o semiárido, reforçando a continuidade histórica de suas tradições e a centralidade do território em suas vidas.

Nesse contexto, a preservação das línguas indígenas transcende a mera questão linguística, carregando consigo os conhecimentos socioculturais e ambientais únicos e ancestrais desses povos. A manutenção desses saberes é vital para uma sociedade mais justa e inclusiva, pois o apagamento de uma língua implica no desaparecimento da memória coletiva e de conhecimentos que se perdem na história.

Historicamente, o Brasil tem uma dívida colonial, marcada por sucessivas ofensivas que tentaram negar a continuidade histórica e a própria existência dos povos indígenas. Desde o período colonial, com a chegada dos colonizadores, o etnocídio e a exploração deram início ao apagamento linguístico e dos saberes originários. Medidas como o Diretório Pombalino (1757), proibiram o uso das línguas indígenas e impuseram o português, em uma estratégia para diluir e acelerar o desaparecimento desses povos. Tais ações de violência linguística colonizadora continuam a reproduzir, muitas vezes de forma velada, a crença equivocada de que o país fala apenas o “português”, inferiorizando as culturas e silenciando as línguas indígenas.

Nesse sentido, o Nheengatu é um instrumento de resistência e reafirmação identitária. No Ceará, o Povo Tapeba, situado no município de Caucaia e oriundo de uma junção fracionária de quatro povos (Potiguara, Kariri, Tremembé e Jucá) que migraram de regiões semiáridas vivenciou por gerações a opressão e a perseguição institucionalizada de sua identidade e língua. Após anos de tentativa de apagamento histórico, este povo iniciou, a partir do final da década de 1970, um importante processo de reafirmação identitária.

A educação escolar indígena, concebida a partir de uma perspectiva diferenciada e intercultural, reconhece a língua materna como elemento estruturante dos processos educativos e da afirmação identitária dos povos indígenas (Silva; Ferreira, 2001). É nesse panorama que o resgate do Nheengatu (uma língua de tronco Tupi, que foi comum entre indígenas, escravos e jesuítas) no Povo Tapeba emerge como um poderoso mecanismo de resistência cultural, confrontando as estruturas de poder coloniais. O registro e ensino da língua ancestral, como ocorre com o Nheengatu Tapeba, é equivalente à transmissão intergeracional de sua memória, contribuindo para a preservação da cultura e saberes dos povos originários. A iniciativa, nascida no chão da aldeia e abraçada por professores, estudantes e pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC),

materializa a necessidade de revitalização linguística e fortalecimento das práticas culturais, especialmente considerando o crescimento populacional e a reafirmação identitária do Povo Tapeba.

O esforço do Povo Tapeba se alinha a Década internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa a proteção, revitalização e promoção dos idiomas originários, reforçando que o desaparecimento de uma língua é a perda irreparável de uma perspectiva singular de compreensão do mundo. A retomada linguística, como a do Nheengatu, constitui-se como um processo de descolonização de saberes e recuperação de espaços culturais silenciados.

As reflexões sobre essa temática se amparam na afirmativa de que a língua, além de uma forma de comunicação é também um instrumento de transmissão de conhecimento, histórias, visões de mundo, crenças e tradições que perpassam de geração em geração. Portanto, utiliza-se a experiência do Nheengatu no Povo Tapeba como estudo de caso para ilustrar a relevância desse processo de resgate e valorização da língua ancestral.

Com isso, busca-se com o presente artigo compreender como a retomada das línguas indígenas contribuem como instrumentos de resistência cultural, preservação da memória coletiva e reafirmação identitária, articulando passado, presente e futuro na construção das práticas linguísticas e sociais, a partir da experiência do Nheengatu Tapeba.

METODOLOGIA

Metodologicamente esta proposta é uma pesquisa de memória, visando trazer à tona a identidade cultural linguística do Povo Tapeba, compreendida como construção coletiva fundamentada nas experiências, narrativas e práticas sociais do grupo (Halbwachs, 2006). Para tanto, aplicou-se o método procedimental de estudo de caso, haja vista envolver a realização de um estudo aprofundado sobre a identidade linguística que traz à tona os trabalhos realizados no projeto Nheengatu: história, memória e identidade cultural-linguística do Povo Tapeba.

Vale ressaltar que é um trabalho de natureza básica com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, possui a tipologia exploratória-descritiva. Para a coleta de dados foi utilizada a observação direta e as notas de campo, na análise dos dados coletados foi empregada a técnica de análise de conteúdo (Xavier et al., 2021).

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (Yin, 2001). Nesta pesquisa, o estudo de caso configura-se como ferramenta essencial para analisar, de forma aprofundada, os contextos socioculturais que estruturam a formação da identidade e da língua do Povo Tapeba, analisados a partir da experiência desenvolvida no âmbito do projeto de Ações Curriculares em Comunidade dos Saberes (ACCS), aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará. Nesse contexto, o

estudo de caso mostra-se particularmente adequado para a análise de contextos socioculturais específicos, permitindo compreender a complexidade das relações sociais e simbólicas envolvidas (Yin, 2001; Stake, 1995).

No que se refere a abordagem, Minayo (2001), afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa é indispensável para apreender a densidade das experiências dos povos indígenas, como ocorre no caso do Povo Tapeba, preservando seus significados e contextos, sem restringi-los a indicadores meramente quantitativos.

Além disso, segundo Nascimento (2016), a pesquisa qualitativa é baseada na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos. Essa abordagem permite considerar as particularidades de cada sujeito objeto da pesquisa.

Quanto à coleta de dados, tem-se a observação participante que, segundo Marietto (2018), o método é especialmente adequado para o estudo de fenômenos sociais sobre o qual pouco se conhece e onde o comportamento de interesse não está prontamente disponíveis para visualização pública. Portanto, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno por meio da observação por si só, ou observando e participando, em diferentes graus, nas atividades diárias da comunidade, grupo ou contexto estudado (Given, 2008; Mac An Ghail, 1996).

Aliado a isso, tem-se o registro das notas de campo que para Malinowski (1967), o diário de campo deve ser o repositório de observações diretas, feitas no instante em que os acontecimentos se desenrolam. Ainda nessa perspectiva, a observação participante, nesse contexto, implica também uma postura reflexiva do pesquisador, que reconhece sua inserção no campo e a construção relacional do conhecimento (Clifford, 1998).

Para Fals Borda (2007), o saber autêntico nasce da ação coletiva e da reflexão crítica das comunidades sobre sua própria realidade. A partir dessa perspectiva, ressalta-se que o material discutido neste estudo emergiu de um processo de construção coletiva, realizado em diálogo contínuo com os professores do território Tapeba e com discentes e docentes da universidade. Ao longo de todo o percurso, o material incorporou os desejos, as demandas e os sentidos atribuídos pelo Povo Tapeba, garantindo que suas vozes e prioridades fossem centralizadas na produção do conhecimento.

LÍNGUAS INDÍGENAS COMO INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A preservação das línguas indígenas é de suma importância para o desenvolvimento sustentável, visto que carrega para além das questões ambientais, os conhecimentos socioculturais,

perpetuando e fortalecendo a identidade de um povo, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Por outro lado, o apagamento de uma língua acarreta também no desaparecimento de uma parte da memória coletiva, não apenas por seus conhecimentos únicos, que se encontram perdidos na história, mas também pela falta de tradução em outros idiomas (Meirelles, 2024), inviabilizando a permanência das origens culturais.

Nesse sentido, a preservação das línguas indígenas assume destaque, possibilitando a estruturação de formas próprias de relação e interação com seu território. Além disso, reforça processos de autonomia e autodeterminação, pois permite que cada povo elabore sua história e seus projetos futuros a partir de categorias próprias, preservando a coerência de seus sistemas de conhecimento (Oliveira, 2025). Dessa forma, salvaguardar as línguas ancestrais possibilita impedir a perda de um patrimônio cultural, assegurar a continuidade de formas de existir que contribuem para a diversidade de soluções socioambientais e para a construção de sociedades mais plurais e justas (Paula, 2023).

O apagamento das línguas indígenas se dá desde o período colonial, que segundo a obra central de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”, as populações indígenas presentes no Brasil antes de sua colonização, presenciaram o fim do mundo com a chegada dos colonizadores em suas terras, essa afirmação baseada no genocídio indígena e exploração do Brasil, caracteriza o início do apagamento linguístico, e por sua vez de seus saberes (Krenak, 2025).

As tentativas de colonização do idioma e da cultura a partir da perspectiva eurocêntrica, se perpetuaram pelos anos seguintes, através de catequeses jesuítas, intervenções bandeirantes, e com essas, a realização de ameaças, violência e perseguição a povos que mantivessem aparente suas identidades culturais.

Atualmente, após mais de quinhentos anos de opressão, povos remanescentes, buscam de diversas formas resgatar e salvaguardar suas línguas e tradições, a escrita física e a presença digital de comunidades, como o povo Tenetehára, presentes no Maranhão e no Pará (Miranda; Corradi, 2021), é uma maneira de constituir novas formas de perpetuar suas tradições ampliando também suas histórias para uma maior comunidade. Essas atividades são de extrema importância pois, o registro e ensino da língua indígena e sua história, é equivalente a transmissão intergeracional de sua memória (Paula, 2023).

Diante desses fatos, é importante destacar que a construção de políticas públicas consistentes, fortalecem a revitalização das línguas indígenas, sendo necessário que essas reconheçam a urgência desses processos e garantam suporte institucional às comunidades. Iniciativas como a implementação de escolas bilíngues, a formação de professores indígenas e a produção de materiais didáticos próprios ampliam a autonomia das comunidades e fortalecem a circulação da língua dentro e fora dos territórios. Tais medidas estão diretamente relacionadas ao

direito à educação diferenciada e ao respeito aos modos de ensinar e aprender que já existem tradicionalmente, valorizando o diálogo entre saberes ancestrais e práticas contemporâneas.

LÍNGUAS INDÍGENAS E RESISTÊNCIAS

As iniciativas de revitalização linguística observadas a partir das décadas de 1990 e 2000 inserem-se em um contexto mais amplo de ampliação do reconhecimento jurídico e político dos direitos dos povos indígenas no Brasil e na América Latina. No caso brasileiro, a promulgação da Constituição Federal de 1988 constitui um marco fundamental, ao assegurar o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições indígenas enquanto direitos originários. Conforme analisa Ramos (1998), a Constituição Federal de 1988 representa uma inflexão decisiva no indigenismo brasileiro, ao romper com o paradigma tutelar e reconhecer os povos indígenas como sujeitos coletivos de direitos, assegurando-lhes o respeito à sua organização social, às suas línguas, às suas crenças e às suas tradições.

Tal inflexão paradigmática no campo jurídico-político possibilitou a construção e o fortalecimento de políticas públicas orientadas pela educação intercultural e pela valorização das línguas indígenas. Nesse cenário latino-americano, ganham destaque experiências de retomada linguística envolvendo, entre outras, as línguas Karajá, Atxohã e Paumari. Cabe ressaltar que tais experiências evidenciam o protagonismo dos próprios povos indígenas na formulação, na defesa e na implementação de políticas linguísticas voltadas à preservação e à revitalização de seus idiomas. Esses projetos não se restringem a iniciativas acadêmicas ou a intervenções institucionais externas, mas resultam, sobretudo, de processos de mobilização interna das comunidades, que articulam suas demandas por meio da oralidade, das lideranças tradicionais, da atuação de professores indígenas e do fortalecimento de suas organizações locais.

Nesse horizonte de lutas, destaca-se também o esforço contínuo para manter viva a língua Nheengatu no Brasil. A língua constitui um dos pilares fundamentais da soberania e da autonomia de um povo e, no caso dos povos indígenas, assume profundo valor sociocultural, ao atravessar e estruturar múltiplas dimensões de sua vida coletiva.

Historicamente, o Nheengatu consolidou-se como uma língua geral de comunicação cotidiana entre indígenas, colonizadores e populações escravizadas. Contudo, no século XVIII, seu uso foi oficialmente proibido pela Coroa portuguesa, em uma tentativa de homogeneização linguística e cultural. Apesar desse processo de repressão, o idioma permaneceu em resistência, mantendo-se como elemento de articulação entre saberes, memórias e práticas de distintos povos. Atualmente, segundo estimativas de linguistas, o Nheengatu ainda é falado por cerca de 20 mil pessoas na região do Vale do Rio Negro, no estado do Amazonas, reafirmando sua relevância histórica, cultural e política.

A EXPERIÊNCIA DO NHEENGATU NO POVO TAPEBA

Devido ao processo de colonização que estruturou a formação econômica e sociocultural do Brasil, diversos povos e comunidades tradicionais foram colocados à margem da sociedade, resultado de políticas eurocêntricas de embranquecimento de suas culturas e dos seus modos próprios de organização. Todavia, o Povo Tapeba, durante muitos anos, enfrentou e resistiu às tentativas de apagamento histórico que marcaram sua trajetória. Essa resistência se expressa na manutenção de suas práticas, memórias e formas de organização, mesmo diante de processos que buscavam invisibilizar sua identidade.

No entanto, a partir do final da década de 1970, iniciou-se um movimento mais forte de reafirmação identitária, quando os Tapeba passaram a integrar de forma mais articulada o movimento indígena no Ceará, fortalecendo suas lutas e ampliando espaços de reivindicação e reconhecimento. Ao longo dos séculos, a história dos povos indígenas do Ceará foi marcada por sucessivas ofensivas coloniais.

No início do século XVIII, relatos registram que, por volta de 1704, diversos indígenas foram submetidos a perseguições, violências e torturas. Segundo o livro: *Memória Viva dos Índios Tapeba* (Ceará, 2000), os vereadores da vila de Aquiraz chegaram a encaminhar ao rei uma petição solicitando que os indígenas fossem “eliminados”, pois desejavam livrar-se, segundo alegavam, da presença daqueles que classificavam como “bárbaros”. Estas ofensivas com os povos originários não se restringiram ao extermínio físico, mas tentavam contra o próprio modo de vida desses povos, ao negarem sua cultura, sua expressão religiosa além de formas de organização social.

No mesmo livro, produzido por professores indígenas Tapeba, é descrito que, nas décadas seguintes, a política colonial se intensificou. Em 1757, com o Diretório Pombalino, instaurou-se um conjunto de normas destinadas a desaparecer definitivamente os indígenas e seus elementos culturais. Entre suas medidas, proibiu-se o uso das línguas indígenas e determinou-se a obrigatoriedade do ensino e da circulação da língua portuguesa nas escolas e aldeamentos. A legislação também estimulou casamentos entre indígenas e não indígenas, estratégia pensada para diluir a população indígena e, assim, acelerar os desaparecimentos dos povos originários o mais breve possível.

Já em 1863, o presidente da província do Ceará declarou oficialmente extinta a “comunidade indígena” no estado, como se pudesse decretar, por meio de um ato administrativo, o desaparecimento de um povo. A resposta indígena foi imediata: as lideranças enviaram correspondências diretamente ao imperador reivindicando o reconhecimento de seus direitos, especialmente no que dizia respeito ao território (Ceará, 2020). A partir do século XVIII, observa-se que todas essas iniciativas governamentais, fossem elas de matriz colonial ou, posteriormente,

imperial, quando se tratava da população indígena, convergiam sistematicamente na tentativa de negar a continuidade histórica dos povos indígenas, apesar da persistente resistência empreendida.

Durante gerações, famílias Tapeba foram forçadas a ocultar sua identidade étnica, seus rituais e seus modos de vida para garantir a própria sobrevivência em um contexto de perseguição institucionalizada inclusive da sua própria língua, um dos alvos mais violentados nesse processo, arrancada pela combinação de repressão estatal, estigma social e imposição linguística.

É importante ressaltar que mesmo no século XXI, o Brasil continua a reproduzir a lógica colonial que sustenta a prática genocida. Permanece, no imaginário nacional, a crença equivocada de que o país fala apenas o “português”, como se esse idioma fosse neutro, universal ou até superior. Essa concepção não é inocente: para povos indígenas, ela hierarquiza saberes, inferioriza as culturas, silencia línguas indígenas e configura uma violência linguística colonizadora. É nesse contexto que D’Angelis (2014) enfatiza que os processos de revitalização linguística tendem a alcançar maior efetividade quando são conduzidos pelos próprios grupos falantes, uma vez que estão diretamente vinculados às dinâmicas socioculturais, às práticas cotidianas e aos projetos políticos das comunidades indígenas

É nesse cenário que o projeto “Nheengatu: história, memória e identidade cultural-linguística do Povo Tapeba” emerge, formulado a partir das demandas advindas do próprio chão da aldeia e das lideranças do território. A iniciativa foi acolhida por professores e pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), que, ao ouvirem atentamente as reivindicações Tapeba, reconheceram a urgência e a centralidade do resgate linguístico para o fortalecimento identitário do povo.

A partir desse diálogo, construiu-se coletivamente, com os professores Tapeba e lideranças comunitárias, um livro para as crianças do Infantil IV, concebido como instrumento inicial de leitura e letramento. Utilizou-se elementos típicos da cultura do povo Tapeba, como animais que os alunos conhecem presentes na região semiárida do Nordeste, sendo eles: pássaro da Jandaia, calangos, sapo-cururu e até mesmo a cobra. Além disso, o livro destaca vocábulos presentes no português brasileiro que possuem origem no Tupi antigo, como “caatinga”, termo que significa “mata branca”, em referência à vegetação típica do semiárido.

Assim, nasce uma semente que busca romper com barreiras coloniais, possibilitando que os “Kurumins Tapeba” tenham a oportunidade de retomar sua língua ancestral. O resgate do Nheengatu Tapeba, é um mecanismo de confrontar estruturas de poder que seguem atuando, muitas vezes de forma velada, para manter línguas indígenas em estado de vulnerabilidade e silenciamento.

AGENDA INTERNACIONAL PARA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

A agenda internacional para a preservação das línguas indígenas se materializa através da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa a proteção, a revitalização e a promoção dos idiomas originários em todo o mundo. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2023), os povos indígenas desempenham um papel fundamental na preservação ambiental, sendo responsáveis pela proteção de aproximadamente 80% da biodiversidade ainda existente no planeta.

Nessa mesma linha, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022) destaca que, embora representem menos de 6% da população mundial, os povos indígenas são falantes de mais de quatro mil das cerca de 6,7 mil línguas atualmente conhecidas. Contudo, segundo o Atlas Mundial das Línguas, elaborado pela UNESCO, mais da metade desses idiomas poderá desaparecer até o final deste século.

O debate em torno da valorização dos idiomas tradicionais ao redor do mundo, se fundamentam na perspectiva de que a língua é uma forma de comunicação e um instrumento de transmissão de conhecimento, histórias, visões de mundo, crenças e tradições. Segundo Meirelles, Rubim e Bomfim (2022), a retomada linguística se constitui como um processo de descolonização de saberes, recuperação de espaços culturais que estavam silenciados, e emergem sob a compreensão de que reconstruir os espaços de saberes é o caminho para a retomada de suas práticas linguísticas e culturais.

Com isso, surge em 2022, um plano de ação global orientado para iniciar iniciativas globais ao redor do mundo por meio da instituição da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI). O fomento ao apoio necessário para a salvaguarda das Línguas Indígenas fundamenta-se em quatro premissas centrais (UNESCO, 2022). A primeira refere-se à ampliação da conscientização, com o objetivo de reconhecer a relevância da diversidade linguística e do multilinguismo, promovendo o respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e biológica, bem como à educação voltada para o fortalecimento de sociedades abertas, inclusivas, democráticas e participativas. A segunda diz respeito ao reconhecimento jurídico, assegurando segurança legal para a efetivação dos direitos dos falantes das línguas indígenas e favorecendo uma implementação institucional mais sólida. A terceira premissa é a integração, que busca estimular o diálogo, fortalecer os processos de formulação de políticas públicas e de tomada de decisão, além de ampliar o uso das línguas indígenas em espaços internacionais. Por fim, destaca-se o apoio contínuo, mediante a alocação de recursos financeiros, humanos e institucionais, bem como o fortalecimento das infraestruturas governamentais voltadas à preservação e valorização dessas línguas.

Vale ressaltar que o presente projeto, ao reconhecer e materializar a importância da língua Nheengatu para a preservação dos saberes, práticas socioculturais e processos identitários do Povo

Tapeba, encontra-se alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nessa perspectiva, a iniciativa contribui para a promoção de uma Educação de Qualidade (ODS 4), para a Redução das Desigualdades (ODS 10) e para o fortalecimento da Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16). Ao integrar essas dimensões, o projeto oferece um direcionamento estratégico para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos, valorizando o protagonismo indígena e reafirmando o compromisso com a salvaguarda linguística e cultural.

Nesse contexto, a DILI desempenha um papel fundamental ao recolocar a questão linguística como eixo estratégico nas discussões acerca dos direitos humanos e da diversidade cultural, ressaltando que o desaparecimento de uma língua representa a perda irreparável de uma perspectiva singular de compreensão do mundo. A implementação de políticas de revitalização e valorização linguística articuladas ao fortalecimento jurídico e institucional das estruturas educacionais indígenas, configuram-se como um caminho para a descolonização dos saberes e a promoção da justiça cognitiva. Com isso, o reconhecimento jurídico das línguas indígenas como patrimônio imaterial e instrumento de cidadania contribui para o fortalecimento dos processos de autodeterminação e resistência.

Apesar dos avanços alcançados, os projetos de revitalização linguística seguem enfrentando obstáculos expressivos, entre os quais se destacam a limitada disponibilidade de materiais didáticos nas línguas maternas, a inexistência ou fragilidade de políticas permanentes de formação de professores bilíngues, a recorrente desvalorização institucional das línguas indígenas e a predominância de línguas hegemônicas, como o português. Soma-se a esse cenário a insuficiência de financiamento e o reduzido compromisso político, fatores que fragilizam a continuidade e a sustentabilidade de muitas iniciativas.

Refletir sobre os fatores que sustentam ou ameaçam a preservação das línguas indígenas é essencial para compreender as marcas deixadas pelo silenciamento histórico imposto a esses povos. Ao mesmo tempo, a análise das experiências e dos desafios relacionados à proteção dos idiomas originários contribui para o aprofundamento de debates interdisciplinares acerca da diversidade cultural, da justiça linguística e dos direitos humanos, fortalecendo iniciativas que reconhecem os povos indígenas como sujeitos de saber, de memória e de expressão cultural própria.

CONCLUSÕES

Compreende-se que a revitalização da língua Nheengatu no Povo Tapeba representa um marco fundamental para a recomposição de memórias coletivas, para a reafirmação identitária e para o fortalecimento das práticas socioculturais que estruturam a relação histórica desse povo com o território. A análise realizada evidenciou que a língua ultrapassa a dimensão comunicativa, constituindo-se como veículo de transmissão de saberes ancestrais, cosmologias, modos de vida e

leituras próprias sobre o semiárido, elementos que foram sistematicamente ameaçados pelos processos coloniais de apagamento linguístico e cultural. Assim, a retomada linguística emerge como um processo político de resistência, reafirmando a continuidade histórica e a autodeterminação do povo Tapeba.

Outrossim, observou-se que o projeto “Nheengatu: história, memória e identidade cultural-linguística do Povo Tapeba” materializa não apenas um esforço educativo e cultural, mas também uma experiência concreta de descolonização dos saberes. A construção coletiva dos materiais didáticos, a participação ativa dos professores indígenas e a articulação com a universidade demonstram a potência do diálogo entre conhecimentos ancestrais e práticas contemporâneas de ensino. Ademais, os resultados indicam que a revitalização do Nheengatu contribui para a consolidação de uma educação diferenciada, bilíngue e territorializada, fortalecendo a autonomia do povo e ampliando a circulação da língua entre as novas gerações.

Por fim, a experiência analisada alinha-se à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), reafirmando a urgência de políticas públicas estruturadas que garantam proteção, promoção e valorização das línguas originárias no Brasil. Conclui-se que preservar e revitalizar o Nheengatu é preservar também a própria existência Tapeba, seus modos de ser e de habitar o mundo, assegurando que suas narrativas, memórias e saberes permaneçam vivos para as futuras gerações.

Portanto, o resgate da língua ancestral configura-se como um caminho imprescindível para a justiça cognitiva, para a diversidade sociocultural e para o reconhecimento pleno dos povos indígenas enquanto sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação escolar indígena**. Fortaleza: SEDUC, 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-escolar-indigena/>. Acesso em: 21 maio 2026.

CEARÁ. Secretaria da Educação. *Memória viva dos índios Tapeba*. Fortaleza: SEDUC, 2000.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

D'ANGELIS, W. Revitalização de línguas indígenas no Brasil: limites e possibilidades. In: MAHER, Terezinha Machado; CAVALCANTI, Marilda do Couto (orgs.). **Educação indígena e interculturalidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

FALS BORDA, O. La investigación acción en convergencias disciplinarias. **Lasaforum**, v. 38, n. 4, p. 17–22, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337775374_La_investigacion_accion_en_convergencias_disciplinarias Acesso em: 10 dez. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Dia Internacional da Biodiversidade**: cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em terras indígenas. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-biodiversidade-cerca-de-80-da-biodiversidade-mundial-encontra-se-em-terras-indigenas> Acesso em: 10 dez. 2025.

GIVEN, L. M. The SAGE encyclopedia of qualitative research methods. v. 1. California: SAGE Publications, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/file.PostFileLoader.html?id=542f0ef3d685cc046a8b45a2&assetKey=AS:272466591584278@1441972506141> Acesso em: 10 dez. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf> Acesso em: 10 dez. 2025

MAC AN GHAILL, M. Understanding Masculinities: Social Relations and Cultural Arenas. **Buckingham**: Open University Press, 1996. Disponível em: <https://www.econbiz.de/10004309312> Acesso em: 10 dez. 2025.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. 1967. Disponível em: <https://archive.org/details/1967MALLINOWSKIUmDiarioNoSentidoEstritoDoTermo> Acesso em: 10 dez. 2025.

MARIETTO, M. L. Observação Participante e Não Participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05–18, 2018. DOI: 10.5585/riac.v17i4.2717.

MEIRELLES, S. R. The Process of Recollection as a Strategy of the Nheengatu Reclaim Policy in the Baixo Tapajós. **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2024. DOI: 10.25189/2675-4916.2024.V5.N1.ID692. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/issue/view/18> Acesso em: 10 dez. 2025.

MEIRELLES, S. R. S.; RUBIM, A. C.; BOMFIM, A. B. Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 2, p. 154–177, 2022. DOI: 10.5007/1984-8420.2022.e84209. Acesso em: 10 dez. 2025.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, N. H. M. O.; CORRADI, A. A utilização das mídias sociais on-line pelo povo indígena Tembé-Tenetehara durante a festa do Moqueado. **Contra Corrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas** (UEA), [S.l.], n. 17, p. 148–167, dez. 2021. ISSN 2525-4529. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2243> Acesso em: 10 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU lança plano de 10 anos para apoiar línguas indígenas ameaçadas**. 19 dez. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/212593-onu-lan%C3%A7a-plano-de-10-anos-para-apoiar-l%C3%ADnguas-ind%C3%ADgenas-amea%C3%A7adas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

NASCIMENTO, F. P. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. *In*: NASCIMENTO, Francisco Paulo do.; SOUSA, Flávio Luís Leite (org). **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016. p. 1-11.

OLIVEIRA, C. M. F. de. **Literando vozes ancestrais: do prazer da leitura à construção de saberes históricos sobre os povos indígenas nos anos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação – Universidade Estadual do Piauí, 2025. Disponível em: <https://share.google/R0R8kJzm7w9egojic> Acesso em: 10 dez. 2025.

PAULA, E. D. Línguas indígenas na contemporaneidade. **Revista Habitus** – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 21, n. 1, p. 209–222, 2023. DOI: 10.18224/hab.v21i1.13634. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13634> Acesso em: 12 dez. 2025.

RAMOS, A. R. **Indigenism: ethnic politics in Brazil**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

SILVA, A. L. DA; FERREIRA, M. K. L. (Org.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

UNESCO. **Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383844_por Acesso em: 10 dez. 2025.

UNESCO. **Atlas of the world's languages in danger**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/languages-atlas>. Acesso em: 05 dez. 2025.

XAVIER, A. R.; MUNIZ, K. R. de A.; SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G.; REGINALDO, S. G. Pesquisa em Educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 8, p. 1–19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2021.4627>. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em 18 jul. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.